



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6605 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

HUMBÊ: EDUCAÇÃO NO TERREIRO DE CANDOMBLÉ EM ARACAJU/SE

Roseane Santos Mesquita - UFS - Universidade Federal de Sergipe

Alfrancio Ferreira Dias - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

HUMBÊ: Educação no Terreiro de Candomblé em Aracaju/SE

1 DIÁLOGOS INTRODUTÓRIOS DE UMA PESQUISA EM CONSTRUÇÃO

Este texto objetiva analisar o processo de educação presente na comunidade religiosa afrodiaspórica *Abaçá* São Jorge, situado na periferia de Aracaju/SE, a partir do processo de iniciação para *Òrisá* ^{III} auto experienciado durante o ano de 2015. O diálogo impetrado para essa análise subsidiou-se epistemologicamente nos estudos sobre decolonialidade abordado conceitualmente por Mignolo (2008) que aponta a identidade na política como um dos fatores integrantes para as avaliações teóricas dos processos tradicionais da população negra e indígena, em detrimento aos diferentes fatores e fenômenos de anulação sofridos pelos mesmo.

Congruente a este fato experienciado, a discursão teórico-analítica de abordagem etnográfica e autobiográfica, culminou no método qualitativo da autoetnografia (CALVA, 2019) para estruturação desse compromisso social e ético para com o universo das produções científicas desobedientemente lançadas em escrevivência (EVARISTO, 2017) para formas outras de educar de grupos étnicos constituídos pela história ancestral negra e colocadas à margem por uma sociedade colonizada e estruturada para hegemonicamente ditar projetos sociais e políticos a serem digeridos por toda as comunidades, independente de suas características vitais de existência.

Peço licença aos que me antecedem na história e aos que comigo caminham na face das descobertas e desdobramentos para consolidação de uma produção social e eticamente justa, ao estabelecer a experiência a ser pesquisada, identificar os saberes tradicionais que corroboram na formação da educação a partir das práticas pedagógicas da ritualística, bem como, estudar esse processo educativo decorrente das práticas exercidas dentro da comunidade, frente aos processos colonizadores e analisar a educação empreendida dentro do terreiro, concebendo a religiosidade e os sistemas de aprendizagem interseccionais ao gênero,

fios que se entrelaçam em sua tessitura para compor essa pesquisa.

As seções citadas na sequência apresentam o diálogo norteador que amparou o que foi registrado pelas notas etnográficas experienciadas, uma breve discussão referente ao saber tradicional circundante ao processo de iniciação para o *Órisá*, ritual escolhido como base para análise da educação praticada no terreiro, bem como os resultados parciais da pesquisa e a conclusão em tempo do que está sendo produzido em âmbito do mestrado em educação. Em atendimento a produção em curso, entende-se que a educação é um vetor que transversaliza qualquer organização societal, atentando para a elucidação dessa política e o processo que a efetiva.

2 O DIÁLOGO NORTEADOR

O candomblé, religiosidade constituída por uma tradição ritualística, alimentada pelos elementos e símbolos vivenciados historicamente em diáspora pelos africanos trazidos de forma escrava para o Brasil, exhibe modos de ser e existir em lógica diversa a forma colonial de agrupar-se na designação de família. Essa estrutura da coletividade, nos remete a uma relação que envolve, distintos e coesos elementos que, de acordo os diferentes ramos da ciência, são abordados em processo de análise, para com as relações sociais e as formas pedagógicas de formação do cidadão. Sobre essa ótica, sedimenta-se indagações para com os processos educativos e fortalecedor das relações de ensino-aprendizagem, presentes nesse território sagrado das comunidades tradicionais, que traz como cicatriz, o difícil processo de colonização e embranquecimento dos valores sociais circundantes a todos os grupos escravizados.

Conceituado com base no que está dissertado pelo Decreto nº6040/2007, o qual estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais, em seu Artigo 3º, inciso I estes Povos e Comunidades Tradicionais estão pautados como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam o território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (SEPPIR. Caderno de Debates, 2011-2014, p. 02).

Essa relação de opressão, imposta pelo processo de colonização das Américas citado por Quijano (2005) instituiu o silenciamento das falas e deturpação dos comportamentos e ações que são atrelados aos povos subalternizados por essa lógica da colonialidade, impressa pelo poder que lhe foi outorgado imperativamente, enquanto relação de superioridade preeminente à raça. O nosso diálogo parte dessa realidade de crimes, promulgados por séculos, junto a população constituída como inferior no território das Américas, expressando em especificidade, o silenciamento da voz de mulheres negras e de axé, que opera em modo resistente e persistente, buscando pesquisar, discutir e analisar a educação no terreiro como uma prática fortalecedora de uma identidade constituída em meio as controvérsias do processo de uma colonização.

Os valores africanos em reelaboração nos permitem pensar segundo a Afrocentricidade, que se traduz enquanto processo, que prioriza ações fortalecedoras para com a conscientização do indivíduo, situado as margens da educação, bem como as mais diferentes políticas, seja essa de Estado ou governo. Esse processo substancia-se enquanto aparato para as discussões que estabelecemos ao eleger essas comunidades tradicionais e suas práticas pedagógicas dentro de uma ritualística, como elemento que permite desvelar caminhos e diferentes possibilidades de educar em oposição ao que propõe as formas eurocêntricas de ensino sedimentado como formal ou ocorrentes nos espaços de escolarização. Assim, segundo Asante (2009), o propósito desse processo é:

[...] criar espaço para seres humanos conscientes que, estando centrados, se comprometem com o equilíbrio mental. A ideia de conscientização está no centro da afrocentricidade por ser o que torna diferente da africanidade. Pode-se praticar os usos e costumes africanos sem por isso ser afrocêntrico. Essa é a chave para a reorientação e a recentralização, de modo que a pessoa possa atuar como agente, e não como vítima ou dependente. (ASANTE, 2009, p. 94).

Esses momentos históricos vividos pelos grupos excluídos socialmente como os índios e os negros residentes em América do Sul, acarretam movimentos de teorização e reflexão para com estudos que sejam capazes, não somente de construir um projeto para uma nova teoria suscitando uma mudança social. Se faz necessário discutir e promover a construção de novas estradas que possibilitem o ser, pensar, olhar, ouvir, sentir e viver enfatizando uma horizontalidade para com a regência nociva da colonialidade que desmonta a unicidade do nosso povo, bem como o respeito às diferentes culturas. Essas estradas a que nos referimos, emergem à memória de um tempo outrora, exigindo da atualidade, práticas e ações pedagógicas que possibilitem a articulação de ações decoloniais. (WALSH, 2013, p. 24).

O cerceamento da fala para uma grande parcela da população não está somente atrelado a designação de inferioridade e/ou superioridade de raças, mas somado a essa, temos os elementos como o gênero, a etnicidade e a classe, para instituir braços nesse corpo a ser analisado. Esse arcabouço, nos levar a citar o que Ribeiro (2017, p. 14) em seus escritos aponta enquanto pensamento proveniente do feminismo negro, instituindo esse pensar em análogo a um espelho frente as ações decoloniais de pensar e fazer.

Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, logo é pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências. (RIBEIRO, 2017, p. 14).

Nessa perspectiva dialógica, reforçada pela tradição secular do *Abaçá* São Jorge, território que suscita a experiência de iniciação para com o *Òrisá*, foco da nossa análise, assume a liderança do gênero feminina no comando da casa, como traço central dos costumes, postos pela ancestralidade norteadora das ações de existência desse território sagrado. A ação pedagógica de educar o outro dentro da comunidade tradicional de terreiro,

ratifica-se como um processo opositor ao sistema eurocêntrico judicializado pelo Estado. Esses processos de aprendizagens nem sempre são compreendidos no âmbito da legitimidade e de seu reconhecimento, sendo comum dizer e ser reproduzido que as comunidades tradicionais, por si, trazem cisões para com os outros grupos e/ou comunidades, identificando essas práticas enquanto informais.

Contrapondo-se aos julgamentos a que são submetidas, essas comunidades tradicionais de terreiro, geralmente comandadas por lideranças femininas, fator contrário ao modelo patriarcalista de controle e poder eurocêntrico, insistem e persistem na manutenção de ritos e práticas coletivas, a que interpreta-se como ações de cunho pedagógico, justificados pela manutenção do modelo ancestral instituído a partir dos certames religiosos ora posto como relação religiosa diaspórica africana no Brasil, pautados nos valores civilizatórios africanos, ora sendo ressignificados tal qual o conceito de tradição ^[2].

3 OS SABERES TRADICIONAIS NO PROCESSO DE INICIAÇÃO

A análise posta, instaurou-se a partir do uso da memória dos saberes tradicionais vivenciados no processo de iniciação para o *Òrísá*, compreendendo o período de 12 meses, para que os atos, os fatos e os saberes envolvidos na ritualística, fossem descritos, seguindo a filosofia ancestral pertinente a tradição e costume, presente no terreiro de candomblé, a identificar as práticas pedagógicas que as envolvem.

A etnografia, enquanto método de abordagem, auxilia nas investigações educacionais, não somente por utilizar a observação participante, mas também por produzir, de modo simples, possibilidades do leitor interpretar a realidade presente no grupo estudado como se estivesse desfrutado da experiência pessoalmente em razão dos detalhes pontuados para com a experiência descrita. (LUDKE; ANDRE, 2011).

Somado ao método da etnografia, para que possamos ampliar a compreensão do método da autoetnografia proposto, a autobiografia citada por Levi (1996) discute e reflete a cerca das propriedades e probabilidades que constituem essa produção.

[...] sem contradizê-la faz parte dos fatos. Nesse contexto, é essencial conhecer o ponto de vista do observador; a existência de uma outra pessoa em nós mesmos, sob a forma do inconsciente levanta o problema da relação entre a descrição tradicional, linear, e a ilusão de uma identidade específica, coerente, sem contradição, que não é senão o biombo ou a máscara, ou ainda o papel oficial, de uma miríade de fragmentos e estilhaços. (LEVI, 1996, p. 173).

Após essa explanação, partiremos para a autoetnografia, que culminou no processo e produto relevante a investigação até o presente. Essa perspectiva metodológica qualitativa em análise para com a educação de terreiro, parte da compreensão individual do contexto precedente ao espaço-tempo em que a experiência ocorreu pactuando diferentes vertentes que predispõe a comunidade como sua cultura social e política.

A autoetnografia, a partir dessa exemplificação, condensa uma escrita e história, que conecta a produção a autobiografia, construindo esse casamento com a cultura, o social e o político, enquanto compromisso ético para com a produção científica e com o que foi analisado. (CALVAS, 2019, p. 10)

Para registro da experiência vivida, a escrita acarretou o uso da escrevivência, pautado na produção literária de Evaristo (2017), que detalha os fatos segundo uma lógica descritiva e reflexiva no ato de registro. Nessa modalidade de escrita para os aspectos descritivos, temos as cores, formas e disposições de quadros e imagens dentro do espaço ao exemplificar os comportamentos, deve-se evidenciar as sensações sonoras, degustativas, visuais e olfativas. Assim decorreram as notas etnográficas produzidas até o presente momento. Pautando os movimentos, ritmos e danças executadas, uso de elementos da natureza como as folhas, as rezas efetuadas em seus horários específicos e toda a produção artesanal evidenciando origem do material e coloração.

No processo de análise para com o registro feito, organizado cronologicamente seguindo a tradição e costume do terreiro para com a ritualística da iniciação, pontuou-se os 21 dias reclusos e mais os 365 dias vivenciando o preceito que é vivenciado após a festividade pública de apresentação à comunidade civil dos atos realizados pela comunidade tradicional.

O racismo, que assola, ora visivelmente e ora velado, cerceia nosso poder de resposta e posicionando de resistência, ao não compreendermos que estamos sendo vítima do mesmo. Para tanto, a compreensão do que seu corpo e dos atos praticados por esse, representa, fora dos muros dos terreiros de candomblé, um limítrofe que precisa está consolidado, em ação devoluta a indagação que cerceia o nosso direito de liberdade ao professar nosso credo. Para além do credo, uma cultura ancestral vigente em nossos comportamentos social, educacional e cultural.

As notas preliminares demonstram duas perspectivas. A primeira é que o terreiro-espaço sagrado das comunidades tradicionais se configuram como um espaço pedagogicamente marcado por práticas educativas transvivenciadas. A segunda perspectiva é que os velhos são os guardiões e transmitem a tradição. Assim, a perspectiva está em ser de axé e como essa prática educativa recebida, ocorre dentro do espaço sagrado das comunidades tradicionais de terreiro, que em seu trabalho de manutenção e salvaguarda das tradições regentes.

Essa educação pactua com a oralidade, condição estanque para o seu desenvolvimento. Atrelando a história oral daqueles mais velhos, a manutenção da tradição. O termo velho nos evidencia uma senioridade que é alimentada pela ancestralidade, pois sem esses, jamais seríamos o que somos, pois, segundo a ancestralidade que alimenta os ritos sagrados dentro do candomblé, ser velho é ser sábio segundo a lógica afrodiáspórica dentro dos terreiros.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O REEXISTIR COTIDIANO

Os escritos pertinentes a etapa da análise, se encontram em fase de construção e interpretação, a luz das premissas científicas dos diferentes autores, que possibilitam ratificar o quão é eficaz e eficiente na construção da pesquisa com vista a provocar rupturas frente a uma construção científica de valorização dos diferentes grupos sociais integrantes de uma nação, bem como a construção de novos caminhos epistemológicos em construção que, sob novas lentes, esses estudos possam revelar a fala de povos silenciados e invisibilizados ao

longo da história e produção da ciência.

A construção de um projeto decolonial envolvendo as comunidades tradicionais, pode passar pela educação, articulada internamente pela oralidade que alimenta o existir desse povo, norteadas por uma ancestralidade e pela prática de reexistir a cada dia, seguindo as orientações dos seus mais velhos, em sinal de sabedoria, que os livros não apontam, para um projeto que traga um maior bem viver para as pessoas. Contudo, os livros, importam e fortalecem as estratégias de uma pedagogia de rompimento e superação dos dados estatísticos de uma violência intelectual e física, quando a população afrobrasileira e afroreligiosa, possuem indicadores subpostos as condições dos brancos.

Na esteira das considerações, podemos afirmar que a educação dentro dos terreiros, comunidade essa que a oralidade vigora dentro do exercício cotidiano de estruturação dos seus ritos sagrados, assume um papel vital frente a manutenção dessa tradição e costume que alimenta a continuidade expressa dos atos praticados pela mesma, em alusão ao processo de resistência e (re) existência das comunidades tradicionais.

Agora peço a benção a todos os mais velhos, mais novos e iguais dentro da religiosidade que circunda o nosso trabalho, em sinal de respeito ao que fora produzido, o que está sendo produzido na atualidade e o que virá a ser produzido pelos iguais e diferentes aliados na prática educativa do aprender e ensinar dentro da mutualidade respeitosa para com a diversidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ASANTE, Molefi. “Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar”. In NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93- 110.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.481, de 3 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 126, n. 190, 4 out. 1988. Seção 1, parte 1, p. 19291-19292.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana** – Caderno de Debates. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

CALVA, Silvia M. Bénard. **Autoetnografía Una metodología cualitativa**. Universidad Autónoma de Aguascalientes – México: Editora San Colegio de San Luis, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro. Pallas Editora, 2017.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta Moraes de. AMADO, Janaína (org). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 167- 182

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 2011.

MAURÍCIO, George. **O candomblé bem explicado**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade**, v. 34, p. 287-324, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales: Buenos Aires. 2005

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte/MG: Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

WALSH, Catherine E. (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Editora Catherine Walsh: Quito/Equador. Abya Yala, 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Tradicional de Terreiro. Saber Tradicional. Educação.

[1] Òrisà que significa para o povo *Iorubá*, “o senhor da nossa cabeça, força poderosa da natureza que nos dá suporte físico e espiritual. Na nação *Fon* as divindades chamam-se *Voduns* e, na nação *Bantu*, recebem o nome de *Inquices*. É através dessas divindades que o mundo se revitaliza e regenera o seu equilíbrio e a sua harmonia. Criação divina de *Olorun*, nosso Deus supremo, os orixás são os intermediários entre ser divino e onipotente e os homens”. (MAURÍCIO; OXALÁ, 2014, p. 80).

[2] A expressão Povos tradicionais de Matriz Africana traz, em si, o sentido de tradição “não como ação no passado ou a elementos anacrônicos, mas sim como ‘lugar que se ritualiza a origem e o destino, ou seja, tradução como ritualização da origem de todos’, ressaltando que ‘nem todos ritualizam’ origens e destino. A palavra tradição tem a sua origem etimológica *traditum*, que significa transmitir, passar a outrem, dar para guardar. Eduardo Shilds diz que

tradição funciona como um padrão orientador, uma forma de conhecimento transmitida entre gerações, passível de algumas mutações. (SHILDS, 1981, p. 12). Sobre isso, Doné Kika de Becen enfatiza: "É importante a gente manter as tradições dos mais velhos, mas entender que também nós precisamos dos mais novos para dar continuidade na nossa luta" (BRASIL, 2016, p. 12).